

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE HISTÓRIA E EXPECTATIVAS DOS DOCENTES QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO

Fábio dos Santos Teixeira
ProfHistória-UESB
fabio maior@hotmail.com

Resumo:

A pesquisa em questão está sendo desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória/UESB e pretende analisar como os professores de história avaliam a formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia aos docentes da sua rede. Pretende-se ainda, problematizar a relação entre o que está estabelecido nas leis e documentos oficiais sobre os direitos à formação continuada, a garantia de tais direitos, a política de formação continuada de professores de história e a percepção dos docentes sobre esse processo. Para realizar o levantamento de dados, serão aplicados questionários fechados, que tem a finalidade de levantar informações primárias, como formação, tempo de atuação, atuação em mais de uma disciplina, dentre outras, e para complementar e aprofundar as questões relativas à percepção dos docentes sobre a formação serão realizadas entrevistas semi estruturadas, tanto os questionários, quanto as entrevistas serão realizadas através de plataformas digitais que garantam o contato com os participantes por meio remoto.

Palavras-chave: Ensino de História. Saberes históricos no espaço escolar. Formação continuada.

O texto apresentado a seguir, é resultado parcial da pesquisa em andamento desenvolvida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no âmbito do Mestrado Nacional em Ensino de História (ProfHistória). Desse modo, a pesquisa contempla também as reflexões sobre a trajetória docente do autor da pesquisa no ensino de história da educação básica, como preconizam os mestrados profissionais em ensino.

Antes de ingressar no ProfHistória, a questão da formação continuada de professores de história provocava uma inquietação constante em minha atuação docente, iniciava, findava e recomeçava outro ano letivo e os professores de história não eram contemplados nas formações oferecidas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em 15 anos de docência na rede estadual de ensino, só me recordo de um curso promovido pela SEC-BA para professores de história, Africanidades e Educação (2010), os demais sempre direcionaram o professor de história para uma formação mais generalista, centrados na avaliação, planejamento, uso de tecnologias digitais no ensino, análise de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

resultados em indicadores de desempenho de estudantes em avaliações de larga escala, etc. Mas uma formação que contemplasse os pressupostos do ensino de história alinhados aos pressupostos da ciência de referência não são oferecidos.

As demandas do ensino na educação básica, em todas as áreas e no caso específico deste estudo, Ensino de História, sofrem constantes mudanças, que não são acompanhadas por uma formação que possibilite ao professor de história do Ensino Médio pensar ações efetivas para o enfrentamento de problemas relacionados a seu campo de atuação docente.

Com a implantação da BNCC e a Reforma do Ensino Médio, muitas questões da educação básica vieram à tona, uma delas é a formação continuada que se mostrou insuficiente, manifestada na dificuldade dos professores de história em se apropriar dos rumos do ensino de história nesse novo cenário.

Para avançar na definição do objeto da pesquisa, houve a necessidade de refletir sobre o conceito de “formação continuada”. O que se caracteriza como formação continuada? Que aspectos legais, teóricos, conceituais e metodológicos caracterizam essa área?

Desse modo, a pesquisa entrou em uma fase de levantamento bibliográfico sobre o tema formação continuada de professor de história da educação básica.

Nos momentos de estudos com a orientadora da pesquisa comecei a delinear os rumos da investigação. Já havia desenvolvido leituras sobre formação continuada de professores desde as disciplinas do primeiro período do programa, mas após as orientações, iniciei um levantamento bibliográfico mais específico, que possibilitasse pensar o tema à luz das produções do ProfHistória e de autores que pesquisam e debatem o tema.

Desenvolver uma pesquisa relativa à própria área de atuação encontra alguns percalços, exige certo cuidado, mas há muitas vantagens, a primeira delas é que o contato com as leituras provocaram de imediato uma reflexão do processo autoformativo ao longo dos anos de atuação docente, percebendo que tanto a formação institucional para a atualização profissional oferecida pelo órgão oficial, no caso desta pesquisa a SEC-BA, quanto às demais formações em instituições públicas e privadas, somadas ao processo de auto reflexão apontam para a necessidade de organização e aprofundamento de aspectos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relevantes no processo formativo continuado, daí a necessidade de aprofundar leituras das produções que tratam do tema formação continuada de professores, mais especificamente, formação continuada de professores de história.

O levantamento de produções que havia iniciado pela seleção e organização das leituras relacionadas ao tema da pesquisa, sobretudo aquelas estudadas no decorrer das disciplinas cursadas no programa, passou para as produções no banco de dissertações do ProfHistória.

As buscas foram motivadas pela inquietação ou necessidade do pesquisador em encontrar referências que tratassem especificamente da *formação continuada do professor de história*, em termos quantitativos esperava-se mais produções, pois o tema formação de professores já vem sendo debatido há um bom tempo e há ampla produção por autores pioneiros e largamente citados, como: Gatti (2008) Nóvoa (1999) e Saviani (2009).

Seguindo o levantamento bibliográfico para dialogar com a pesquisa em questão, debrucei sobre a leitura de trabalhos que tem provocado um impacto muito positivo na área da formação de professores de história, como os desenvolvidos por: Cainelli (2014), Caimi (2015), Noda (2019), dentre outros, que estão em processo de leitura pelo pesquisador.

Apesar da produção refinada e crítica, é possível identificar que na área de história a preocupação com esse tema é recente, percebe-se que os trabalhos que tratam da formação continuada de professores de história foram desenvolvidos em sua maioria em programas de pós graduação em educação e não em programas de pós graduação em história, inclusive, nota-se a ausência desse tema em um programa destinado a formação de professores de história, o ProfHistória, que pode ser constatado em uma busca no banco de dissertações do programa, por trabalhos que tratam de formação continuada de professores de história.

Iniciado em 2014, o ProfHistória, que já conta com 06 anos de funcionamento, e em seu banco não foi possível encontrar um número considerável de dissertações voltadas a debater questões relativas à formação continuada de professores de história.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nota-se que as produções do ProfHistória tem se voltado para o fazer do professor de história, o como fazer, o uso, desenvolvimento, ou experimentação de metodologias e recursos que favoreça o ensino da história em sala de aula, caracterizando a atuação do professor de história da educação básica com um sujeito que deve fazer o melhor, o que não é algo negativo, mas o campo da atuação e reflexão docente ligado a profissionalização ainda é pouco explorado.

As leituras das produções desenvolvidas no âmbito do programa, associadas às leituras realizadas nas disciplinas cursadas no ProfHistória, possibilitaram o pesquisador perceber que muito do que foi produzido acerca do tema em questão ocorreu na área de currículo, priorizando a ênfase na formação inicial em nível de graduação, na maioria delas caracterizando a como insuficiente. Por si só isso já seria uma justificativa para investir em estudos sobre a formação continuada.

Outras pesquisas apresentam avaliações e resultados de estudos de caso de formações oferecidas a professores de História em cursos de extensão, há também as que defendem os benefícios da formação continuada de professores, mas avaliar a percepção dos professores de história sobre a formação continuada, que segundo a legislação deve ser promovida pela união, estados e municípios aos seus professores, não foi encontrado nenhum estudo equivalente.

A dificuldade em encontrar pesquisas voltadas a formação continuada do professor de história é mencionada por autores que desenvolveram pesquisas recentes sobre o tema, como na dissertação de Sobanski (2017, p. 222) a autora menciona que:

Como os professores de História eram os sujeitos principais desta investigação foi realizado um exaustivo levantamento em busca de produções acadêmicas que tomam o professor de História como pesquisador. O resultado revelou um número muito pequeno de trabalhos e demonstrou que, embora a ideia da pesquisa esteja apontada como elemento fundamental para a formação de professores, ela ainda não é abordada de maneira significativa por investigadores de pós-graduação, uma vez que os trabalhos de Mestrado e Doutorado com pouca frequência se debruçam sobre esse tema. (SOBANSKI, 2017, p.222)

Uma das dissertações desenvolvidas no âmbito do ProfHistória, acessada no banco de dissertações do programa, de autoria de Forneck (2001) apresenta um levantamento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

bibliográfico, das múltiplas concepções relativas à formação de professores por autores como: Schmidt (2009), Abreu & Soihet (2003), Karnal (2010), Fonseca & Silva (2010), Monteiro (2005 e 2007), Rocha (2010) Bittencourt (2010), Almeida, Pozzebon e Mello (2003), Aguiar (2010), Freire (1998) e Nóvoa (1995), a autora conclui que apesar das divergências acerca dos conceito de formação continuada de professores:

Há consenso entre todos esses autores, apesar do foco das análises serem distintos, de que a formação dos professores deve ser contínua, ou seja, não deve ocorrer apenas durante o Ensino Superior ou no início das atividades docentes, mas também ao longo da carreira.(FORNECK, 2017, p. 31)

A leitura relacionada ao atual contexto de mudanças impostas ao ensino de história na educação básica, apontam para a urgência de pensar possibilidades de ampliar e aprofundar a formação continuada dos professores de história.

Até então não havia pensado profundamente sobre a formação continuada, até certo momento a compreendia apenas como atualização profissional por meio de formações certificadas, no intuito de aprofundar o entendimento de aspectos que corrobora para alargar a compreensão do que pode-se definir como formação continuada, encontrei em Gatti (2008, p. 57) uma definição que supera a ideia de formação certificada, pois a autora a entende como:

“[...] cursos estruturados e formalizados oferecidos após a graduação, ou após ingresso no exercício do magistério, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional - horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. Uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada. (GATTI, 2008, p. 57)

A autora considera que a formação continuada dos professores está associada a uma gama de ações que fazem parte de sua dinâmica de trabalho, entende que há outros

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espaços potentes para se promover a formação continuada, senti a carência de alargar o debate para os objetivos da formação continuada, que a princípio se volta para atualização docente.

Encontramos uma perspectiva mais crítica em Caimi (2015), que amplia a ideia de formação continuada do professor de história para uma formação de caráter auto reflexivo a partir de condições sócio políticas que afetam o trabalho docente e do preparo do professor para atuar nesse contexto. A formação continuada do professor de história, para a autora, não se restringe ao aperfeiçoamento dos métodos de ensino.

[...] o que precisa saber um professor de História depende de muitas variáveis, como, por exemplo, as demandas sociais em cada época, os preceitos disseminados pelas políticas educacionais públicas, os diferentes contextos escolares, as especificidades cognitivas e culturais dos estudantes, para citar apenas algumas.” (CAIMI, 2015, p. 106)

A formação em cursos de pós graduação, mestrado e doutorado, inclusive os mestrados profissionais, com destaque para o ProfHistória, que em suas duas disciplinas obrigatórias, Teoria da História e História do Ensino de História, se estruturam em campos de investigação embasadas em ciências de referência de sua atuação, permitindo, ou possibilitando um aprofundamento conceitual na formação dos docentes, influenciando positivamente a prática na sala de aula.

A formação continuada é entendida nesse sentido como um meio capaz de “contribuir para a construção de um caminho que possa subsidiar a formação inicial e continuada dos docentes, incluindo a produção do conhecimento como inerente ao processo que toma o trabalho como princípio educativo nessa trajetória.” (CAINELLI, 2014, p. 4 apud, NODA, 2019 p. 192).

Os posicionamentos sobre o tema apresentados pelos autores consultados, somados a vivência docente do autor da pesquisa, permitem refletir sobre um ponto necessário para prosseguir com a pesquisa, qualquer proposta de formação continuada de professores sem levar em consideração a base da ciência de referência, suas mudanças, suas potencialidades para o ensino, seu significado social, as condições de trabalho dos docentes, a cultura dos alunos é um esforço e dispêndio de recursos que incorrerá na obtenção de poucos resultados positivos, percebe-se que muitas formações continuadas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

por meio de cursos rápidos, são oferecidas para atender demandas urgentes e pontuais, que não surtem o efeito formativo da consciência histórica dos sujeitos, caracterizando apenas como um treinamento dos docentes para atuar diante de certa demanda.

Pensando a questão inicial de compreender as múltiplas definições, para formação continuada, passou-se à outra questão: se a formação continuada de professores é defendida amplamente, de quem é a responsabilidade em promovê-la?

Para tentar resolver essa questão, apesar de parecer óbvio que o empregador deva oferecer a formação de seu quadro de profissionais, buscou-se a fundamentação legal em documentos oficiais e a legislação que demarca a obrigatoriedade da União, dos estados e municípios promoverem a formação continuada de seus docentes.

O marco temporal da pesquisa em questão inicia no de 2002 e finda no contexto de implementação da BNCC do Ensino Médio, o marco inicial define a criação do estatuto do magistério da educação básica do Estado da Bahia, estabelecido pela Lei 8.261/02, que fixou a formação em curso de licenciatura plena em áreas específicas para o ingresso na carreira do magistério da educação básica, por meio de concurso público.

Foi feito um levantamento, em documentos oficiais e legislação do Estado da Bahia e da União, que tratam das garantias à formação continuada de professores, bem como do estabelecimento da formação inicial em nível de graduação para se efetivar como docente na rede estadual de ensino da Bahia.

Ainda que o marco temporal da pesquisa seja o ano de 2002, por demarcar o ingresso na carreira do magistério com a formação inicial certificada através da obtenção do título de licenciado, definido na legislação do Estado da Bahia, Lei 8.261/02. Fez se necessário um recuo no tempo para contemplar um marco histórico e educacional de retomada do processo democrático no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/96. Demarcar a formação continuada preconizada na lei maior que rege a educação no Brasil se faz necessário, para melhor compreender o marco inicial e a trajetória da legislação que versa sobre formação continuada definida nas leis nacionais e estadual da Bahia.

Nessa perspectiva, optou-se por montar um quadro de análise das legislações que tratam da formação continuada de professores da educação básica, por meio da análise de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conteúdo, buscou-se responder à seguinte questão: O que diz a legislação sobre formação continuada de professores da educação básica?

Foram analisadas a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE), O Estatuto do Magistério da Educação Básica do Estado da Bahia, o Plano Estadual de Educação (PEE), a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 CNE/CP e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

A análise desse quadro síntese, que ainda está em andamento, apontou para questões relativas às garantias legais que preconizam a formação continuada aos docentes da educação básica, ofertadas pela União, os estados e municípios. Desse modo, fica claro que é de responsabilidade do estado oferecer a formação permanente do seu quadro docente, prover as condições e o reconhecimento das carreiras profissionais docentes.

Faz se necessária uma análise mais apurada, para refletir sobre qual formação continuada está preconizada na legislação e o que se entende por formação continuada nas proposições legais. A percepção inicial coaduna com a ideia de que:

Constata-se também que, “os termos utilizados na legislação para definir ‘formação’ apontam para uma formação baseada no desenvolvimento de ‘políticas de caráter técnico-instrumental, orientadas por uma perspectiva compensatória de formação. (SANTOS apud NODA, p. 194)

As informações organizadas no quadro, abrem a possibilidade de pensar a formação continuada dos professores de história na relação entre direitos garantidos na legislação e condições efetivas da realização das formações e aporte do trabalho docente, nesse sentido, algumas questões que comporão o roteiro de entrevistas e o questionário foram elaboradas partindo dessa reflexão.

Outra constatação é que, apesar da legislação ser categórica quanto ao direito do professor obter a formação continuada, custeada, facilitada ou promovida pelos entes federados, geralmente tais formações não tem conseguido mobilizar os professores e tão pouco provocado as mudanças necessárias, como salienta Caimi (2015):

Ainda que tais demandas figurem nos documentos oficiais e na literatura acadêmica, as mudanças não se materializaram de modo generalizado nas aulas de História, isso por várias razões: muitas das

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

demandas não são subsidiadas na formação inicial nem acompanhadas da necessária formação em serviço dos professores; ao mesmo tempo em que houve um incremento no volume e na complexidade da produção do conhecimento histórico, ocorreu uma expressiva redução de carga horária na disciplina História, que foi impelida a destinar parte de seus períodos para as disciplinas de Sociologia e Filosofia, quando se determinou a obrigatoriedades destas no currículo escolar do ensino médio; as mudanças curriculares propostas na esfera das políticas públicas, embora alicerçadas em sólidos referenciais epistemológicos, nem sempre são apropriadas com a mesma clareza pelos professores, resultando em situações que apontam para a renovação de alguns conteúdos ou da assunção de um ideário tido como progressista, que não se ampara efetivamente na concretização das novas concepções epistemológicas e teóricas relativas ao domínio da ciência de referência; por fim, mesmo que nos últimos anos se tenha implementado programas importantes no âmbito da formação de professores, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, permanece escassa a relação/interlocução entre os cursos de formação e as práticas escolares, o que resulta em acentuada dissociação teoria-prática.

O papel do professor, enquanto sujeito do processo de formação continuada, adquire papel secundário quando a questão é ouvir as demandas dos docentes para adequação das formações, como pode ser verificado na legislação consultada, em nenhuma delas há menção às demandas dos docentes como balizadoras do processo formativo, marcando o silenciamento dos docentes no que se refere à consulta dos mesmos sobre o tipo de formação mais adequada ao que pensam como prioritário para a formação dos estudantes e os contextos múltiplos das salas de aula. Questão que é levantada por Nóvoa (2002) e citado Sobanski (2017) em seu trabalho.

Os professores nunca viram o seu saber específico devidamente reconhecido. Mesmo que se reitere a importância de sua missão, a tendência é considerar sempre que lhes basta dominar bem a sua matéria de ensino e ter uma certa aptidão para a comunicação, para o trabalho com os alunos. O resto não é indispensável. (NÓVOA, 2002. p. 227 Apud, SOBANSKI, 2017, p.32)

Não é possível conceber a formação continuada do professor de história sem analisar seu contexto de atuação como sujeito histórico e político, as condições de trabalho, as opções de formação dentro e fora do ambiente de atuação docente, a relação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entre o que se preconiza na base legal, a oferta de formações, o acesso a formação, principalmente em nível de pós graduação lato sensu, tudo isso só faz sentido se o principal sujeito desse processo for ouvido, o professor de história.

Os documentos que constituem a base legal, os editais de seleção, os programas e cursos, as propagandas do governo estão publicados em sites e outras plataformas virtuais, mas a concepção do professor de história sobre esse direito e sua garantia, só pode ser captada através da escuta dos professores de história que vivenciam dia a dia tais questões.

Nesse sentido, a pesquisa em andamento tem a intenção de compreender os processos que envolvem a formação continuada de professores de história que atuam no Ensino Médio da rede de ensino do Estado da Bahia, e como os docentes avaliam essas formações preconizadas na legislação.

O lócus da pesquisa são cinco colégios estaduais situados no Município de Guanambi-BA, caracterizados pela distinção de identidades junto à comunidade e propostas formativas. Apesar de oferecer exclusivamente a mesma modalidade de ensino (Ensino Médio), as unidades de ensino têm perfis diferentes, e características peculiares que são assimiladas pela comunidade, como: tradição, localização, atendimento de públicos específicos, oferta do Ensino Médio regular, educação profissional, ênfase na preparação para o acesso à universidade, dentre outros.

Os participantes da pesquisa são professores e professoras, que atuam em regime de trabalho efetivo, lotados em Colégios de Ensino Médio, sob a jurisdição da rede estadual de educação, localizados no município de Guanambi-BA, licenciados em história.

Para o levantamento de dados da pesquisa pretende-se utilizar a princípio um questionário padrão para todos os participantes, com questões voltadas a traçar um perfil formativo dos docentes participantes da pesquisa, sobretudo os aspectos relativos à formação continuada e a relação com sua atuação docente, em seguida, pretende-se ouvir os participantes por meio de entrevistas semi estruturadas orientadas por um roteiro de questões abertas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Referências:

CAIMI, Flávia Eloísa. O que precisa saber um professor de história? **História & Ensino**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 105-124, 5 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2015v21n2p105>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23853/17741>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAINELLI, M. R.; RAMOS, M. E. T. A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA. *Revista História & Perspectivas*, v. 27, n. 50, 27 ago. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: Fgv, 2019. 248 p.

GATTI, Bernardete A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol.13, n.37, pp.57-70. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100006>.

NODA, Marisa. Formação continuada de professores de história: a dependência das propostas governamentais. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; SILVA, Maria da Conceição; CAINELLI, Marlene. **Formação e aprendizagem: caminhos e desafios para a pesquisa em educação histórica e ensino de história**. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2019. p. 9-305.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; FREITAS, Itamar. Formação de professores de História na contemporaneidade. *Canoas*, dez, 2014. MOUSEION.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores, aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 40, p. 143-155, jan. 2009.

SOBANSKI, Adriane de Quadros. **Formação de professores de história: educação histórica, pesquisa e produção de conhecimento**. 2017. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VELOSO, Caio; GONDINHO, Marta Rochelly Ribeiro; GONDINHO, Marília Danielly Ribeiro. Formação continuada do professor de história: legislação e considerações importantes. **Vozes, Pretérito & Devir**: Revista de história da UESPI, Teresina-Pi, v. 8, n. 1, p. 107-123, jun. 2018. Semestral. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/viewFile/181/204>. Acesso em: 10 fev. 2021.